



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

**SERVIÇO SOCIAL E LESBIANIDADES: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E NARRATIVAS DE
MULHERES QUE SE RELACIONAM COM MULHERES EM ITABERABA-BA**

THAINÁ CARVALHO DA SILVA RIBEIRO¹

ANDREA ALICE RODRIGUES SILVA²

RESUMO:

O estudo procura investigar como tem sido pensada a lesbianidade, via análise documental das ações do CFESS e da ABEPSS, além de considerar a análise teórica feminista lésbica e, pelo método Bola de Neve mediante ao contato com o Movimento Social LGBTQIAPN+, as narrativas de mulheres que se relacionam com mulheres no município de Itaberaba-BA.

Palavras-chave: Serviço Social, Lesbianidades, Heteropatriarcado.

RESUMEN:

El estudio busca investigar cómo se ha conceptualizado la lesbianidad, a través del análisis documental de las acciones del CFESS y la ABEPSS, además de considerar el análisis teórico feminista lésbico. También examina las narrativas de mujeres que tienen relaciones con otras mujeres en el municipio de Itaberaba, BA, utilizando el método Bola de Nieve mediante el contacto con el Movimiento Social LGBTQIAPN+.

Palabras clave: Servicio Social, Lesbianidades, Heteropatriarcado.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge com o intuito de discutir acerca das lesbianidades, demonstrando a importância da pesquisa e do debate em sintonia com a teoria feminista lésbica, trazendo a consideração das narrativas de mulheres que se relacionam com mulheres na cidade

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

de Itaberaba - BA, para além de analisar também, como o Serviço Social brasileiro através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) estão tratando à temática.

A reflexão proposta é fruto do Projeto de Conclusão de Curso da autora, mediada pela combinação entre ensino e pesquisa no processo formativo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sobretudo pelo componente curricular de Ética Profissional. A pluralidade social existente no espaço e incorporada no debate em sala de aula, emerge e proporciona o pensamento crítico ensejando o percurso analítico como um horizonte para a visibilidade da temática.

A sociedade brasileira contemporânea ainda se comporta estruturalmente de modo patriarcal, onde se entende que o homem é o chefe da família. Saffioti (2004) é consoante ao dizer que "(...) o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina." (SAFFIOTI, 2004, p.145). Nesse sentido, é pertinente entendermos como a lesbofobia circunstanciada também por um sexismo que é resultante dessa estrutura patriarcal e capitalista, se manifesta intrinsecamente na sociedade, seja em comportamentos ou performances dos indivíduos, assim como, na falta de ações e manifestações políticas por parte do Estado.

Iamamoto (2009) ao nos destacar que o Serviço Social possui uma marca com um recorte de gênero, atentando-nos para uma categoria profissional hegemonicamente conjecturada por mulheres e para mulheres, nos rememora, que historicamente e condicionalmente pela da dinâmica capital-trabalho, sobretudo, pelo avanço do neoliberalismo, o Serviço Social contemporâneo precisa abarcar e estar atento as lutas sociais das minorias na sociedade brasileira.

O Código de Ética Profissional das Assistentes Sociais de 1993 nos orienta a refletir na prática profissional, mediante as dimensões teórico-metodológica, ético-política, e técnico-operativa, o IV Princípio Fundamental, que visa o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças." (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão., p.23, 1993, 10ª. ed. rev. e atual).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou no dia 29 de agosto do ano de 2023, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, o CFESS MANIFESTA, tratando-se do porquê é

necessário que a categoria de assistentes sociais, bem como, a sociedade brasileira deve se atentar sobre a lesbofobia que incide sobre a vivência e sobrevivência de mulheres que se relacionam com outras mulheres em solo nacional. O CFESS MANIFESTA é uma produção que busca visibilizar diversos debates que são reais e cotidianos na sociedade, por isso, exerce uma função ético-política de conferir a partir do diálogo, as reflexões acerca dos direitos sociais, que nesse caso, especificadamente se trata da população LGBTQIAPN+.

Foi observado também que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a partir do Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades, conforme o relatório encontrado no site oficial da ABEPSS, dos anos de 2017/2018, está discutindo e buscando fortalecer através de ações, campanhas e eventos, como por produções acadêmicas, a discussão sobre raça, gênero e sexualidades.

O Serviço Social tem o seu horizonte profissional alinhado com os Movimentos Sociais, visando a contribuição política na luta pelos direitos da classe trabalhadora, como de acordo ao Código de Ética Profissional do/a Assistentes Sociais de 1993. Nesse sentido que o Movimento Social LGBTQIAPN+ da cidade de Itaberaba-BA, intitulado como Grupo Livre, através do método bola de neve, que segundo Vinuto (2014) *apud* Bernard (2005): “esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas.” (VINUTO, p.204, 2014,) possibilitou e realizou as indicações de mulheres que se relacionam com mulheres que o integraram, assim como, outras que fizeram parte ou não de atividades desenvolvidas pelo movimento social.

O método de amostragem não probabilística, segundo Vinuto (2014), foi pontualmente mediado por duas mulheres, uma que integra o Grupo Livre e outra que é não-integrante, as duas foram sementes. Totalizamos um percentual de 60% das mulheres participantes entrevistadas. O critério de escolha se estabeleceu por mulheres que se relacionam com mulheres que moram em Itaberaba a mais de 5 anos, sendo maiores de 18 anos. Foi assinado o Termo de Autorização das Entrevistas, garantindo o anonimato a todas as participantes. Ademais, dividimos as questões investigadas em categorias temáticas que tratassem com centralidade a lesbianidade: O que é ser lésbica?; De cara com o heteropatriarcado: relacionamentos lésbicos e relações sociais. As categorias serão analisadas a partir do conhecimento teórico sistematizados pelas autoras: Adrienne Rich (1993), Judith Butler (2003), Tania Navarro-Swain (2004), Maria Luiza Heilborn (2004) e entre outras.

Nesse sentido, o artigo está dividido em duas partes, a primeira analisando as entidades representativas do serviço social e lesbianidades. E a segunda, que inclui aos resultados da pesquisa as narrativas das mulheres que se relacionam com mulheres na cidade de Itaberaba – BA, e que estão pressupostas por intermédio da discussão teórica referenciada anteriormente.

Ressalta-se que, na lente do conservadorismo, escrever sobre mulheres que amam outras mulheres requer determinada audácia, portanto, destaca-se, a potencialidade das pesquisas e estudos sobre lesbianidades, que traçam a existência e a visibilidade lésbica de extrema importância para o Serviço Social no que diz respeito aos diálogos sobre gênero, raça e sexualidades. Como salientado por Menezes e Silva (2017), o debate no Serviço Social no que se refere a respeito de gênero e sexualidade, e as violências que são constantes na vida social LGBTQIAPN+ ainda são pontuais e fragmentadas. Contudo, observa-se um quantitativo no de estudos acerca da homossexualidade masculina. Logo, a relevância da construção deste artigo é apurada no que tange a necessidade concreta de se produzir conhecimento científico sobre mulheres que se relacionam com outras mulheres.

2 ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL E LESBIANIDADES: desafios contemporâneos

Sabemos que o Movimento Social LGBTQIAPN+ há anos vem pautando em solo nacional, nos manifestos, falas, ou até mesmo nas Paradas LGBTQIAPN+ a proteção social, contudo, ainda há muito o que se avançar no Brasil, principalmente após os diversos ataques e ameaças sofridas nos últimos anos. Logo, o Decreto 11.471/2023, que institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras é uma vitória do Movimento Social LGBTQIAPN+, pois o Conselho objetiva a contribuição com o debate, ao mesmo tempo que afirma o compromisso com a formulação de ações, medidas e diretrizes governamentais voltadas para a população LGBTQIAPN+. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) se faz presente, enquanto membro participante, e afirmou em no dia 27 de junho de 2023, como datado na campanha do Dia Mundial do Orgulho LGBTIA+ que assistentes sociais devem defender a política pública para essa população.

A resolução CFESS N° 489/2006 de 03 de junho do ano de 2006, estabelece normas em acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social do ano de 1993, tendo em vista o exercício profissional do assistente social, buscando inibir comportamentos, falas, atos que sejam

preconceituosos e discriminatórios para com a população LGBTQIAPN+. Importa salientar o quanto as campanhas e ações são necessárias para que o Serviço Social brasileiro esteja com base no projeto ético-político na defesa pelos direitos sociais e humanos, garantindo o pluralismo e a liberdade.

Celebrando o dia 29 de agosto de 2023, o CFESS lançou o CFESS MANIFESTA, na intenção de dar visibilidade ao orgulho lésbico, assim como, perseverar pela luta e pela existência lésbica, afinal:

No Brasil, a lesbofobia ganhou força nos discursos conservadores que impulsionaram o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 e se exponenciaram com a chegada ao poder de Bolsonaro e do bolsonarismo como força política organizada na sociedade. Violência intrafamiliar, expulsões, violência sexual, incluindo estupros corretivos, e o medo permanente de sofrer algum tipo de agressão passaram a marcar o cotidiano de lésbicas em nosso país. (CFESS MANIFESTA, 2023, s.p)

Foi nesse cenário de Brasil que a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, buscaram realizar o LesboCenso Nacional (2022), para que mediante a falta de dados quantitativos acerca de mulheres que se relacionam com mulheres, fosse produzido um mapeamento de vivências lésbicas no Brasil, portanto:

A partir desses dados, espera-se fortalecer uma estratégia de consolidação de redes para o enfrentamento dos ataques conservadores, para a garantia do acesso a direitos, bem como para o acolhimento e suporte desse grupo. A possibilidade de acesso a dados fidedignos e a oportunidade de reflexão a partir destes constituem-se como uma ferramenta importante para as mulheres da população de lésbicas e sapatão cis e trans, em todas as suas interseccionalidades. A circulação e difusão dessas informações e dados é relevante para organizações, redes e para subsidiar o controle social e a defesa de direitos humanos, tais como o acesso à educação, à saúde, à moradia, à segurança pública, entre outras políticas públicas específicas, numa atuação de forma colaborativa e mais assertiva.” (LESBOCENSO, 2022, p.05)

O CFESS MANIFESTA – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (2023) a partir dos dados do LesboCenso Nacional (2022), afirma que:

Segundo o LesboCenso, entre as quase 22 mil entrevistadas na amostra, 78,6% já haviam sofrido lesbofobia, 77,4% tinham conhecidas que já haviam sofrido lesbofobia e 6% tinham conhecidas que morreram por serem lésbicas. A vivência da maternidade entre lésbicas também é marcada por processos de discriminação, em que pesem os avanços conquistados do ponto de vista jurídico. O LesboCenso evidenciou que, entre aquelas que são mães, 28% afirmaram ter vivenciado situações lesbofóbicas com filhos e filhas, principalmente em espaços de sociabilidade, serviços de saúde e escolas. (CFESS MANIFESTA, 2023, s.p)

Ao entendermos que somos construídos e estamos em uma sociedade patriarcal, logo compreendemos a heterossexualidade compulsória enquanto um fenômeno onde as mulheres são literalmente arrastadas para preferência sexual por homens, como se essa fosse a ordem natural para a aceitação social dos corpos femininos em sociabilidade. Como provoca Rich (1993) a heterossexualidade é uma instituição política que retira o poder das mulheres, e dessa maneira



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a lesbianidade se torna inaceitável, pois rompe à lógica do domínio e reprodução desse sistema político, religioso, jurídico, masculino. Sob essa ótica, Rich (1993) sucinta que as mensagens da Nova Direita são que as mulheres são propriedades dos homens, e que a igualdade de gênero ameaça a família, a religião e o Estado.

No Brasil atual, é constante as ameaças, as declarações preconceituosas de autoridades políticas de base conservadora a comunidade LGBTQIAPN+, e como explicita o CFESS MANIFESTA (2023), o cotidiano de lésbicas desde o golpe de 2016 é encarar o medo de possíveis violências mediante ao cenário lesbofóbico. Nesse sentido, pela importância e interpretação dos dados que denotam a lesbofobia sofrida por mulheres que amam outras mulheres no Brasil, que o CFESS compreende que:

O amor entre mulheres e o amor pelas mulheres é uma necessária ferramenta na luta contra a misoginia que teima em reproduzir o patriarcado sob todas as formas, inclusive de maneira disfarçada, para manter o poder dos homens contra todas nós. Isso ocorre quando, por exemplo, tratamos mulheres lésbicas como inimigas, chancelamos apagamentos políticos ao feminismo lésbico e, até mesmo, provocamos perseguições ou simplesmente quando não respeitamos a liberdade sobre os desejos de ser e sentir atração afetivo- sexual pelo mesmo sexo. (CFESS MANIFESTA, 2023, s.p)

No que se refere a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a partir do Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades, vem trazendo o debate LGBTQIAPN+ como observado nos relatórios dos anos 2017/2018, circunstanciando:

Sexualidades hegemônicas e dissidentes e a multiplicidade das expressões de feminilidade e masculinidade presentes no escopo das relações sociais.
Movimentos e lutas sociais articulados em torno da sexualidade e expressão de gênero.
Direitos sexuais e direito à expressão de gênero como direitos humanos.
Políticas sexuais, com ênfase nas políticas públicas de enfrentamento das desigualdades relacionadas à sexualidade e à expressão de gênero.
Relações entre sexualidade e identidades de gênero e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais. (ABEPSS, 2017, s.p)

Desse modo, procura-se, segundo o relatório analisado, a inclusão da temática de raça, gênero e sexualidades nos currículos acadêmicos, assim como, a mediação necessária, para que a discussão seja intrínseca e tenha um olhar nos diversos eventos, mobilizações e atos do Serviço Social brasileiro, bem como, o aumento de produções acadêmicas que percorram sobre a temática. É na materialização das condutas intermediadas por ações e campanhas que o CFESS e a ABEPSS fundamentam o combate a lesbofobia, estimulando a prática ético-política e profissional.

3 SER MULHER E AMOR POR MULHERES: desafios do (re)existir

Itaberaba é um município cuja localização se encontra no Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, próximo a Chapada Diamantina, e por isso é comumente conhecida como Portal da Chapada Diamantina. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2022, o município possui cerca de 65.063 pessoas, e como dito anteriormente, foi o território de pesquisa do nosso estudo.

A partir das leituras e tabulação dos dados obtidos mediante a realização do processo de coleta de dados, optamos por trazer uma caracterização da amostra, elencando dessa maneira, os perfis das mulheres entrevistadas (Figura 1):

Figura 1 – Tabela de Caracterização das mulheres entrevistadas, pelo método Bola de Neve, em Itaberaba-BA

PARTICIPANTES N°	IDADE	RAÇA/COR	ORIENTAÇÃO SEXUAL	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	COM QUEM MORA?
PARTICIPANTE 1	36 ANOS	PARDA	LÉSBICA	CATÓLICA	SOLTEIRA	COMPANHEIRA E ENTEADOS
PARTICIPANTE 2	24 ANOS	PARDA	BISSEXUAL	CRISTÃ	SOLTEIRA	SOZINHA
PARTICIPANTE 3	34 ANOS	PARDA	BISSEXUAL	CRISTÃ	SOLTEIRA	COMPANHEIRA
PARTICIPANTE 4	43 ANOS	PRETA	LÉSBICA	NENHUMA	SOLTEIRA	SOZINHA, MAS A COMPANHEIRA ESTÁ SEMPRE PRESENTE
PARTICIPANTE 5	45 ANOS	PARDA	LÉSBICA	CRISTÃ	SOLTEIRA	SOZINHA, MAS MOROU COM A EX COMPANHEIRA POR 15 ANOS
PARTICIPANTE 6	47 ANOS	PARDA	LÉSBICA	ESPIRITA	CASADA	CÔNJUGE E FILHOS

Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

A totalidade das entrevistas corresponde ao percentual de 60% das participantes indicadas. Todas se entendem como cisgênero, mas demonstraram não entender muito bem o que significa a identidade de gênero, como afirma Matos (2019) é a forma como o sujeito se apresenta sexualmente a sociedade, como deseja ser reconhecido. A faixa etária das entrevistadas tem uma variação entre 24 anos até os 47 anos, 5 participantes se auto identificaram como pardas e 1 como preta, houve também uma inquietação no quesito raça/cor, onde duas mulheres levantaram questões sobre o ser negra. A autodeclaração é um assunto que precisa ser um pouco mais explorado, pois, como trazido por Audre Lorde (2019) mesmo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pertencendo a comunidade de mulheres e lésbicas, o racismo é algo irradia nos diferenciar uma das outras.

No tocante a orientação sexual, 40% são lésbicas, e 20% se entendem como bissexuais. Sobre o grau de escolaridade, todas possuem superior completo. Com relação a religião, 3 participantes se entendem como cristãs, 1 como católica, 1 é espírita e 1 não possui nenhuma religião. No quesito trabalho e renda, cinco disseram trabalhar formalmente, sendo quatro funcionárias públicas e uma comerciante, duas com renda familiar de 3 a 4 salários-mínimos, as outras duas com renda familiar de 4 a 6 salários-mínimos e uma que é trabalhadora informal sendo digital influencer, tendo renda de 2 salários-mínimos.

Ao chegarmos no questionamento sobre com quem as entrevistadas moram, veio à tona um cotidiano que é conjugal, mas não oficializado. Em suma, das 6 mulheres, 5 são solteiras e dividem ou já dividiram o lar com as companheiras. E ainda que não oficializado em cartório, a Participante 6, nos afirmou que se identifica enquanto casada.

No que se refere as Estatísticas do Registro Civil divulgadas pelo IBGE, no ano de 2022 foram registrados cerca de 6.632 casamentos entre mulheres que se relacionam com mulheres no Brasil, já no Estado da Bahia, 185 casamentos, e no município de Itaberaba-BA foram registrados 2.

Tal dado evidencia que potencialmente há uma não oficialização das relações lésbicas no estado e no interior da Bahia investigado. Contudo, faz parte do cotidiano a seguinte fala: “Quem casa rápido é sapatão!”. Mulheres que se relacionam com mulheres ao se defrontarem com os estereótipos³ formados que percorrem o senso comum, rotulando a sexualidade, fetichizando e violentando, preferem o ato de morar conjuntamente com as suas parceiras para se sentirem confortáveis, seguras e acolhidas pelo ambiente das suas casas. Isso ocorre também, mediante a uma possível recusa familiar no que se refere à aceitação da orientação sexual e conseqüentemente dos relacionamentos das tais. Portanto, em sequência analisaremos as categorias temáticas, relacionando-as com a pesquisa realizada: O que é ser lésbica?; De cara com o heteropatriarcado: relacionamentos lésbicos e relações sociais.

3.1 ANÁLISE CATEGORIAL:

³ As lésbicas desfem, ou seja, desfeminizadas, são inferiorizadas e estão ainda mais sujeitas a lesbofobia por não seguirem as normas heteropatriarcais no sentido estético. O LesboCenso (2022) ao analisar o Dossiê do Lesbocídio (2018) nos indica que a expectativa de vida de uma lésbica que não performa feminilidade, ou seja, a lésbica desfem, é de 24 anos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3.1.1 O que é ser lésbica?

Quando pesquisamos o significado da palavra lésbica, facilmente encontramos que a sua definição se refere as mulheres que amam outras mulheres. Na Grécia Antiga, o termo lésbica era remoto a Safo – nascida na Ilha de Lesbos, poeta, aristocrata, que ganha notoriedade não só pelos seus poemas que tratavam a sexualidade de maneira fluída, mas também por organizar a primeira academia para mulheres, onde diversas manifestações artísticas eram acessadas e ensinadas para outras mulheres.

Na Idade Média, Safo foi tachada como prostituta e grande parte do seu acervo foi queimado por monges medievais. A poetisa deu luz ao significado do que é ser uma mulher lésbica, não apenas por tratar do amor entre mulheres, mas pelo movimento contra o sexismo no que tange o acesso a arte e educação na época, algo que só homens tinham direito. Desse modo, a partir de Safo de Lesbos, como trata Navarro-Swain (2004), entendemos que o ser lésbica vai além do relacionamento entre mulheres, envolve o que é ser mulher em uma sociedade heteropatriarcal.

Pensando nisso, levantamos os seguintes questionamentos no corpo da entrevista: “O que é ser lésbica?” e “Quando você percebeu que se identificava como uma mulher lésbica?”. Dentre as 6 entrevistadas, 3 no geral atribuíram o ser lésbica ao sentimento e desejo por outra mulher, contudo, 3 respostas nos chamaram atenção, onde o ser lésbica foi relativo à conquista de direitos, autoconhecimento, identidade política e liberdade:

Menina, hoje eu digo que assim, hoje é o poder falar com naturalidade, com liberdade, quem sou eu. Eu vejo como uma conquista assim, o que eu vivo hoje, sabe, mas tem muitos desafios, né? E para a gente então, que vem de outra geração, a gente percebe que hoje o pessoal mais jovem, com muito mais naturalidade, nem se classifica, né? Falam que gostam de pessoas. E a gente para hoje para abrir a boca e dizer assim, eu sou lésbica com toda naturalidade, eu acho que tem muito de vitória, de liberdade, sabe? Hoje, para mim significa muito isso, sabe? Já é desafio ser uma mulher. É uma vida cheia de desafio, né? Ainda mais de onde, da época que eu venho, né? (Participante 4)

Lésbica significa a gente poder ser livre, escolher, gostar, amar quem a gente quiser ainda, e ser independente emocionalmente. (...) Quando eu comecei a sentir atração mesmo por mulher e na verdade, a minha história foi um pouco assim, meio diferente, né? Eu era da Igreja e acabou que uma colega da Igreja queria me conhecer. E aí comecei a sentir atração por ela, sai da Igreja e eu fiquei com ela, então foi mais ou menos assim, louco né, depois disso eu percebi que eu gostava, sentia atração em ficar com mulheres. (Participante 2)

É, para mim o autoconhecimento. É respeitar. A minha orientação mesmo, respeitar eu enquanto mulher. Então pra mim ser lésbica é isso. (...) Quando me percebi lésbica, foi descoberta. Alívio, né? Primeiro passo é esse, é autorrespeito, não é? Então foi, foi muito, foi algo muito importante para mim, porque agrega na minha felicidade, né? Agrega no

meu bem-estar, e aí é eu me perceber mulher lésbica e respeitar né? O resto é luta.
(Participante 6)

As falas das participantes nos revelam que a liberdade vem acompanhada da geração, do autoconhecimento e identidade, dos discursos que estão e são vigentes no que se refere a sexualidade na contemporaneidade. É notório que o Movimento Lésbico traça uma conquista de direitos relativos ao ser e ao poder mediante as manifestações e lutas ao decorrer da história, inclusive dentro do próprio Movimento LGBTQIAPN+, não à toa, há sigla que tempos atrás era Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), hoje transfere o ser lésbica como algo primário na representatividade que toca a resistência do ser mulher e lésbica. Navarro-Swain (2004), observa que as conotações que acompanham a palavra “lésbica” são sempre negativas, nos atentando também que existe um profundo mal-estar social no que se refere ao ser uma lésbica, desqualificando e mutilando o ser mulher.

Entende-se que os desafios que as participantes mencionam se somam ao que Navarro-Swain (2004) pontua, ou seja, a invisibilidade lésbica é pressuposta pela norma heteronormativa. A política do esquecimento atrelada a mutilação do ser mulher, traz à tona um cenário de Idade Média que ainda rega a cultura e memória social cercada pela moral cristã, sexista e falocêntrica, afinal, não foi por acaso que a participante teve que sair da Igreja para viver a sua orientação.

A liberdade é uma resultante, que a priori trilhou o caminho do armário, do não poder ser lésbica, do entender orientação como opção, e que se locomove na contemporaneidade, sobretudo, pelas relações sociais dinamizadas pelo conhecimento acerca dos direitos sociais, da naturalidade em amar, do respeito que acolhe e afirma: Sou uma mulher lésbica. É circunstancial visualizar a identidade, que é política, da mulher lésbica contemporânea, carregando a bagagem das muitas que não puderam, não podem, ou não sobreviveram a saída do armário.

3.1.2 De cara com o heteropatriarcado: relacionamentos lésbicos e relações sociais

Adrienne Rich (1993) nos convoca a pensar a heterossexualidade compulsória como um modelo que opera sobre os corpos femininos condicionando e coagindo-as ao que a instituição patriarcal determina como um padrão natural que é a preferência sexual por homens. Logo, a heterossexualidade se apresenta para Rich (1993) como uma instituição que se fundamenta pela reprodução e maternidade, estabelecendo a família nuclear como algo natural e funcional ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

corpo da mulher, assim como, pela dominação econômica que gera a falta de autonomia financeira.

Observamos então, bem como embasa Butler (2003) acerca da compreensão de gênero, que tais mecanismos heterossexuais são condicionantes ao patriarcado, e que se manifestam de modo coercitivo e abusivo sobre os corpos, construindo performances. Foi pensando nessas performances enquanto condicionantes as normas heterossexuais, portanto, compulsórias, que lançamos as mulheres que se relacionam com mulheres entrevistadas a seguinte pergunta: “Você já teve algum relacionamento lésbico assumido na cidade? Como foi a interação com a sociedade itaberabense?”. Dentre as 6 entrevistadas, 5 afirmaram que já tiveram ou tem um relacionamento assumido. Todas as participantes tiveram ressalvas, que subordinavam a interação social como restrita, por questões familiares e/ou sociais. Três respostas nos chamaram bastante atenção:

Sim, tive. Logo depois dos 18, acho que com uns 19 anos eu conheci alguém e a gente foi morar juntas, e isso foi um baque tanto para a minha família, quanto pros amigos da época, porque, a ordem natural, né, é a que você estude, faça uma faculdade, se forme, depois, case, tenha filhos, tal, tal, tal. E eu acho que até a ordem natural com uma pessoa do mesmo sexo teria que ser assim, né? Na cabeça das pessoas e na época, não pela minha família, digo assim diretamente, por minha mãe não acolher essa novidade né (...) a convivência dentro de casa não deu mais, então a saída que eu tive foi: vou sair de casa, e em vez de morar com amigas, na época eu fazia faculdade e tudo mais, eu preferi morar com a pessoa que eu estava me relacionando. (Participante 1)

Assumido em partes. Por minha parte, eu não tenho um problema de me assumir, mas a minha companheira, ela já trata um pouco indireta com a família, né? Para a sociedade em si, a gente não. Não tenho tantos problemas, mas com a família dela, porque é questão de respeito, de respeitar a cultura do outro, né? Cada um tem que respeitar também a sexualidade do outro, mas com respeito a cultura mais antiga, né? (...) Quanto a sociedade, meus colegas de trabalho, eu não tenho problema nenhum, me sinto assumida. (Participante 3)

Sim, é, eu morei com uma pessoa durante 15 anos, mas pra sociedade é, eu acho assim, que todo mundo sabe. Mas eu nunca me assumi. Saí falando eu sou, eu moro, nada disso, não... Eu vivo a minha vida normal, trabalho... É família, é amigos... Eu não falo sobre isso não. As pessoas sabem, né? Claro. Mas eu não converso sobre isso. Só algumas poucas amigas que sabem assim, quer dizer, já sabiam, que eu confirmei na verdade, né, eu não sei, se nessas poucas amigas aí se tem 5 que saibam, saibam sim, de certeza. Mas acho que todo mundo sabe, eu só nunca achei que era necessário eu sair contando. (Participante 5)

É perceptível nas respostas das participantes que as normas heterossexuais foram orientadoras dos seus relacionamentos, sendo designadas pela instituição família tradicional, ou nuclear, como trazido por Rich (1993). Instituição essa, que disciplinou a identidade do casal como não pública. Nesse sentido, Heilborn (2004) ao se debruçar sobre a identidade social de casal, elabora que a identidade de casal é situacional, se por um lado, é a esfera interna que provê a unidade de diáde, de outro, é a dimensão externa, ao representar sua face pública, que reforça substancialmente a identidade. (HEILBORN, p.142, 2004).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A normalidade para casais lésbicos é a vida a dois restrita ao ambiente do lar, afinal, ao mesmo tempo em que o constrangimento parental por ter uma filha, irmã, prima lésbica, se condiciona aos moldes da heterossexualidade, se percebe o punitivismo social proveniente ao gênero. A violência heterossexual circunstanciada aqui é a de dignificar a vida a dois de um casal lésbico a limitação de um único espaço, ou a um único grupo social, não havendo desse modo, em uma totalidade social, ataques a imagem social do que compõe a família tradicional enquanto instituição nuclear.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a pesquisa, visualiza-se a invisibilidade lésbica como uma resultante do modus operandi da estrutura heteronormativa que constrói e violenta os corpos de mulheres que se relacionam com mulheres. O debate sobre a lesbianidade no Serviço Social ainda é muito recente, reitera-se que a discussão tenha sido incorporada pelas entidades organizativas da categoria, e que essas movimentações significam a materialização de um avanço entre as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnica-operativa da profissão. Como o CFESS por intermédio do CFESS MANIFESTA ao longo dos últimos anos, sendo o mais recente aqui analisado, o do ano de 2023.

No que se refere a ABEPSS, o último relatório do Grupo Temático de Pesquisa: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades (2017/2018), nos demonstrou que a entidade representativa vem estimulando o debate de maneira mais ampla, ou seja, compreendendo o grupo social, a totalidade da sigla LGBTQIAPN+. Contudo, é necessário continuar avançando e aprofundando o debate, tendo em vista o contexto perverso neoliberal e heteropatriarcal. É preciso estar em sintonia com as lutas e organizações políticas lésbicas e feministas, afinal, o sexismo é uma questão preponderante.

Teóricas feministas lésbicas como Adrienne Rich (1993), Judith Butler (2003), Tania Navarro-Swain (2004) e entre outras, nos apontam em suas obras como as práticas desse sistema heteropatriarcal condena moralmente as mulheres que não preferem sexualmente os homens. O sexismo é o principal atuante no que compõe a lesbofobia, e as participantes trouxeram à tona a realidade violenta entre o se aceitar e o ser aceita enquanto uma mulher lésbica, assim como, o impacto da instituição heteropatriarcal repercutido nos seus



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

relacionamentos e na não oficialização da conjugalidade. Consta-se que o ser mulher e o amar outras mulheres exterioriza esse artigo como uma resistência lésbica.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 03 de jul. 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 11.471, DE 6 DE ABRIL DE 2023**. Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CFESS. **CFESS MANIFESTA: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica**. Brasília (DF), 29 de agosto de 2023. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 03 de jul. 2024.

CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.**, p.23, 1993, 10^a. ed. rev. e atual

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 217p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2009

LORDE, Audre. **Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo**. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167.

Menezes, M. S., & Silva, J. P. (2017). **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador**. *Revista Katálysis*, 20(1), 122–129.

<https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100014HYPERLINK>

"<https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100014>"

MATOS, P. M. **Direito de ser: Gênero e diversidade sexual**. In: Maria Helena Santana Cruz; Josefa Lusitânia de J. Borges. (Org.). *Serviço Social e Gênero: Interface com as Políticas Públicas e Sociais*. 1ed. Curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 323-338.

NAVARRO-SWAIN, T. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.-- (Coleção Primeiros Passos ; 313)

Relatório LesboCenso Nacional. **Mapeamento do perfil sócio-demográfico e as vivências das lésbicas e sapatão**. 2022. Disponível em: <www.lesbocenso.com.br/>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

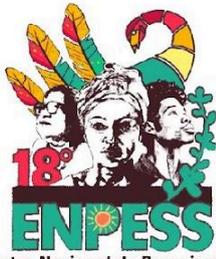
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Resolução CFESS n. 489, de 03 de junho de 2006. Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional. Conselho Federal de Serviço Social, Brasília, 2006b. Disponível em: <Microsoft Word - 489.doc (cfess.org.br)>. Acesso em: 04 de jul. 2024.

RICH, Adrienne. **Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence.** In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose.* New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. Tradução de: Carlos Guilherme do Valle. Disponível em: <www.materialfeminista.milharal.org>

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.** *Tematicas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 7 jun. 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**